

A IMPORTÂNCIA DA AULA DE CAMPO NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: DA TEORIA PARA A VIDA REAL, UMA EXPERIÊNCIA PARA ALÉM DA SALA DE AULA

Lucas do Ramo Silva ¹
Ivanalda Dantas da Nóbrega ²

RESUMO

Este texto é resultado de reflexões realizadas durante as experiências de aulas de campo, enquanto educando matriculado na Disciplina de Geografia Agrária e, posteriormente, na condição de Monitor desta Disciplina, componente obrigatória do curso de Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, situada na cidade de Campina Grande, Paraíba, Brasil. A partir da realização de duas aulas de campo, em dois assentamentos rurais da Reforma Agrária, no município mencionado, foram realizadas observações, anotações em caderneta de campo, entrevistas semiestruturadas, levantamento fotográfico e bibliográfico, pautado no paradigma da Questão Agrária, enfocando a realidade local dos referidos assentamentos. As duas aulas de campo ocorreram em dois períodos letivos, 2023.2 e 2024.2, o que nos levou a reflexão acerca da realidade camponesa, frente ao avanço do capitalismo no campo e suas repercuções no modo de vida camponês e, na questão agrária, especialmente por ser presenciada a iminência de instalação de empreendimentos de energias renováveis fotovoltaicas. A realização das aulas de campo revelou a importância desta metodologia para a leitura dos territórios camponeses, concretizando a práxis docente, pois a teoria vivenciada em sala de aula não contempla a inteireza da compreensão da questão agrária, conforme visto na Disciplina de Geografia Agrária, pois pela leitura de mundo, no espaço vivido dos sujeitos, foi possível perceber a situação pela qual passam os povos do campo, frente às investidas desses grandes empreendimentos energéticos, ameaçando seus territórios e seu modo de vida, percepção esta que favoreceu, em sala de aula, uma melhor compreensão dos conceitos, debates, das lutas e da estrutura do campesinato brasileiro, apesar da existência de vasta literatura e estudos da Geografia Agrária que nos auxiliam na compreensão teórica, os quais devem ser complementados com metodologias como a aula de campo, dentre outras, levando-nos ao contato direto com o espaço vivido e a percepção dos sujeitos do campo.

Palavras-chave: Aula de Campo, Geografia Agrária, Espaço Vivido, Geografia da Percepção, Monitoria.

ABSTRACT

¹ Universidade Federal de Campina Grande, Graduando em Licenciatura em Geografia. E-mail: lucas.ramo@estudante.ufcg.edu.br.

² Universidade Federal de Campina Grande, Professora do Magistério Superior, Associada I, Ensino de Geografia, E-mail: ivanalda.dantas@professor.ufcg.edu.br. Projeto de Extensão financiado pela UFCG.

This text is the result of reflections made during field classes while enrolled as a student in the Agrarian Geography course and, later, as a teaching assistant for this course, a mandatory component of the Geography undergraduate program at the Federal University of Campina Grande, located in the city of Campina Grande, Paraíba, Brazil. Based on two field classes in two rural settlements of the Agrarian Reform in the aforementioned municipality, observations, field notes, semi-structured interviews, photographic and bibliographic research were conducted, guided by the paradigm of the Agrarian Question, focusing on the local reality of these settlements. The two field classes took place in two academic semesters, 2023.2 and 2024.2, leading us to reflect on the reality of rural life in the face of the advance of capitalism in the countryside and its repercussions on the peasant way of life and on the agrarian question, especially given the imminent installation of photovoltaic renewable energy projects. The field trips revealed the importance of this methodology for understanding peasant territories, solidifying teaching practice. The theory experienced in the classroom does not fully encompass the understanding of the agrarian question, as seen in the Agrarian Geography course. Through reading the world in the lived space of the subjects, it was possible to perceive the situation faced by rural populations in the face of the onslaught of large energy projects, threatening their territories and their way of life. This perception, in turn, fostered a better understanding of the concepts, debates, struggles, and structure of the Brazilian peasantry in the classroom. Despite the existence of vast literature and studies in Agrarian Geography that aid in theoretical understanding, these should be complemented by methodologies such as field trips, among others, leading to direct contact with the lived space and the perceptions of rural subjects.

Keywords: Field Trip, Agrarian Geography, Lived Space, Geography of Perception, Monitoring.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de reflexões acerca da importância das aulas de campo no processo de formação acadêmica em Licenciatura em Geografia, tendo como ponto de partida, as leituras de trabalhos anteriormente produzidos sobre o tema, ou seja, o levantamento bibliográfico do Estado da Arte do tema investigado, buscando compreender a aula de campo como metodologia e sua importância, tanto na formação do profissional docente de Geografia, como também, suas contribuições no processo de descodificação teórica nas diversas áreas da ciência geográfica, entendendo suas complexidades e pluralidades teóricas, objetos de estudo distintos e métodos próprios que cada uma possuem.

Compreender o espaço geográfico não é uma tarefa simples, nem mesmo com tantas pesquisas e autores que se debruçaram a explicar este conceito, sejam os autores clássicos, como também, os contemporâneos, por si, a teoria não consegue contemplar a sua explicação de forma plena, sendo necessário trilhar alguns outros percursos no processo de descodificação dos temas geográficos, a exemplo da observação da realidade, assim como foi realizado pelos teóricos da Geografia Cultural, no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1980 (Claval, 2012).

É perceptível que o campo teórico é necessário e tem seu lugar. Isso é indiscutível no meio científico, por exemplo, quando Santos (2006, p. 10) apresenta que o espaço geográfico deve ser compreendido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, que se articulam de maneira dinâmica e contraditória”. Assim, o espaço não é apenas o cenário onde os fatos acontecem, mas o próprio produto das relações sociais e históricas que nele se desenvolvem.

As reflexões teóricas nos levam à reflexão acerca do espaço geográfico e nos aponta de como ele se forma, mas a atividade de campo, nesse contexto, torna-se necessária e de igual importância, assim como a fundamentação teórica, pois se comprehende que a manifestação dos eventos se dão no espaço concreto ou espaço vivido, percebido e concebido pelos sujeitos (Lefebvre, 2013; Carlos, 2007). Ao longo do texto iremos aprofundar essas reflexões.

Sendo assim, este trabalho surge com o intuito de reforçar a importância da utilização da aula de campo como um dos métodos que viabiliza a compreensão dos conteúdos da Geografia enquanto ciência, no Ensino Superior, tendo como base principal para esta exposição e discussão dois momentos centrais, os quais motivaram a escrita deste trabalho.

O primeiro momento, enquanto aluno Graduando da Licenciatura em Geografia e, o segundo momento, ainda na Graduação, mas como Monitor de disciplina, numa experiência de mediação entre o educandos licenciandos e o docente da disciplina. Ambas as experiências resultam desse Curso de Geografia, na disciplina de Geografia Agrária, componente curricular obrigatório na Universidade Federal de Campina Grande, na cidade de Campina Grande, mesorregião da Borborema, no Estado da Paraíba (PB).

Participar dessa experiência de Monitoria desvelou outros passos rumo à profissionalização docente, e desenvolver na monitoria a aula de campo como metodologia viabilizou a compreensão das questões teóricas trabalhadas no decorrer da Disciplina de Geografia Agrária, mas também o processo de ressignificação de conceitos e temas que foram abordados antes da aula de campo, e que tomaram novos significados, explicação essa que se torna possível compreender por meio da Geografia da percepção, mas também da compreensão do mundo da vida por meio do Materialismo Histórico Dialético.

Além disso, o percurso metodológico deste trabalho se deu a partir da realização de duas aulas de campo, em dois assentamentos rurais da Reforma Agrária, no município Campina Grande, Paraíba, no ano de 2023 e 2025, quando foram realizadas observações, anotações em caderneta de campo, entrevistas semiestruturadas, levantamento fotográfico e bibliográfico pautado no paradigma da Questão Agrária, enfocando a realidade local dos

referidos assentamentos, viabilizando assim, as reflexões presentes neste trabalho, tendo como objetivo central, discutir a metodologia aula de campo, como ferramenta indispensável no processo de formação inicial.

Como objetivos específicos, este texto surge com o intuito de trazer ao leitor, seja docente ou o discente que se encontra no contexto acadêmico para perceber a importância da aula de campo no processo de formação e decodificação da teorias vistas no contexto das aulas e, em outro momento, refletir sobre as questões agrárias tendo como abordagem principal, o avanço do capitalismo em territórios camponeses pela óptica dos empreendimentos de energias renováveis.

Assim, com base nas reflexões teóricas, sobretudo a partir da obra Modo Capitalista de Produção e Reforma Agrária (Oliveira, 2007), e nas experiências práticas vivenciadas em aulas de campo, estudos do meio e o trabalho de campo (Marcos, 2017), em assentamentos rurais, este artigo se propõe a demonstrar a relevância da metodologia aula de campo, não apenas para a descodificação e ressignificação dos conceitos da Geografia Agrária e outras áreas da Geografia, mas, sobretudo, para a formação integral e crítica do professor de Geografia, com um olhar direto, de perto e de dentro, a partir do lugar dos sujeitos do campo.

Ao articular teoria e vivência do espaço geográfico concreto, o estudo busca consolidar a aula de campo como uma ferramenta pedagógica indispensável no Ensino Superior, formando o licenciando para o futuro da docência compreendendo as complexidades e contradições do mundo, a partir de uma perspectiva geográfica, tendo como foco, as dinâmicas da Questão Agrária e o avanço do capitalismo em territórios camponeses.

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A AULA DE CAMPO E O DESVELAR DAS REALIDADES CAMPONESAS

O ensino de Geografia promove o desvelar da leitura do espaço geográfico e da leitura de mundo dos sujeitos, na medida em que se utiliza de metodologias, linguagens, recursos com a finalidade de compreender como as sociedades se apropriam do espaço e como o transformam na satisfação de suas necessidades, mediadas pelo modo de produção que lhe é peculiar.

A compreensão e leitura do espaço se dá de diferentes formas, e isso tem a ver com a evolução do pensamento geográfico, assim como as lutas intensas de geógrafos que imprimem suas marcas na ciência geográfica, na medida em que se utiliza de cada corrente do

pensamento geográfico, cada método ou métodos de análise da realidade, estes todos associados a metodologias apropriadas de realização de pesquisas científicas.

A aula de campo é uma metodologia já conhecida no campo da Geografia, seja na Geografia Acadêmica, como também, na Geografia Escolar. Alguns conceitos apresentados inicialmente de forma teórica, demonstram como a aula de campo é realizada pelo que denominavam excursões:

As excursões têm lugar de destaque nos procedimentos didáticos da Geografia porque exigem o contato direto do aluno com o objeto de estudo. Na excursão, os jovens aprendem a observar fenômenos espaciais e o significado dos fatos. Além disso, criam o espírito de solidariedade entre si e com o professor. (Pontuschka; Paganelli; Cacete, 2007, p. 194).

Conforme Marcos (2017, p. 110), no desenvolvimento de uma ação educativa para além do ambiente escolar ou acadêmico, a exemplo do trabalho de campo, o que inclui a aula de campo e pode incluir o estudo do meio, assim se posiciona a autora:

Enquanto recurso didático, o trabalho de campo é o momento em que podemos visualizar tudo o que foi discutido em sala de aula, em que a teoria se torna realidade, se “materializa” diante dos olhos estarrecidos dos estudantes, daí a importância de planejá-lo o máximo possível, de modo a que ele não se transforme numa “excursão recreativa” sobre o território, e possa ser um momento a mais no processo ensino/aprendizagem/produção do conhecimento.

Assim, a metodologia utilizada pelo docente para conhecer o espaço geográfico para além do ambiente escolar ou acadêmico, tem a importância de procurar dar voz aos sujeitos em seus espaços de vida e morada, de conhecer a construção da territorialização destes no espaço e quais as formas organizativas frente às iniciativas que contrárias ou a favor de seus interesses e seus direitos humanos.

Ao longo do tempo, e pelo interesse também dos Geógrafos Brasileiros, sobretudo a partir dos anos 1980 e 1990, estes saíram de seus gabinetes e passaram a exercitar a Geografia de campo, o que tornou-se algo essencial e, de extrema importância, quando utilizada como ferramenta metodológica, com o intuito de tornar mais compreensível o entendimento do sentimento de pertença dos sujeitos em seus lugares de origem, as necessidades de cada povo, as organizações próprias de cada lugar e de seus povos, o conhecimento dos povos como contendo diferenças e diversidades, exercitando dessa forma, a decolonialidade do olhar com seu essencialismo reducionista (Quijano, 2009), a partir da qual, passa-se a olhar de perto e de dentro ou, mesmo, de perto, acerca de como se organizam as sociedades.

Nesse sentido, percebemos que o estudo do meio, ou a aula de campo, ou ainda, o trabalho de campo contribuem no processo de articulação entre as reflexões teóricas e o

concreto vivenciado na vida real, no espaço geográfico construído e transformado pelos sujeitos, pois os sistemas de conhecimentos, tópico da Língua Portuguesa que busca explicar os caminhos que são percorridos para decodificação das informações contidas em um texto (Koch, Elias *et al.* 2006), tendo em vista que estamos nos propondo discutir a equação (teoria + campo prático = melhor compreensão), no contexto de formação do professor de Geografia.

Com base no exposto, comprehende-se que o conhecimento obtido por meio das leituras dos materiais literários, independente do gênero textual, utilizado durante o processo de formação, depende de uma interpretação que se alicerça nos conhecimentos prévios que o indivíduo adquiriu durante todo seu percurso acadêmico, mas também, construído no senso comum, ou seja, ao se deparar com discussões teóricas da Geografia Agrária.

Então, quais conhecimentos o indivíduo possui no repertório de vida, que vai contribuir para decodificação do que está sendo exposto no decorrer do curso deste componente curricular? Se acaso não exista conhecimento prévio do que está sendo exposto? São questionamentos que devem estar presentes no docente enquanto formadores, pois ao analisar atentamente a essas questões, existirão algumas lacunas no decorrer do processo formacional do discente.

Ainda que os textos escolhidos para introduzir o educando nos debates da área possuam uma apresentação eloquente que tenha uma forma cuidadosa no momento de exposição das ideias e o docente da disciplina execute o papel de mediador, utilizando como ferramenta a leitura tutorial³ em todo esse percurso, apesar disto, ainda ocorrerá no âmbito das ideias e no processo de descodificação da informação, aparecerá problemas no viés de totalidade, no que diz respeito a compreensão, pois a presença da subjetividade, proveniente da maneira de pensar do indivíduo, tendo a não vivência no contexto discutido, será um obstáculo presente até que aconteça, a vivência com o meio.

Essa vivência com o meio é algo de extrema relevância no percurso formacional e exerce o caráter de sanar algumas lacunas que no ambiente acadêmico não conseguem ganham amplitude, na medida em que a Geografia como ciência necessita estar em contato com o meio, na medida em que se pode observar e vivenciar os conceitos e as categorias geográficas, pois no campo se percebe e sente o espaço, a paisagem, região, o lugar e o território. Adentrar as residências e andar pelos roçados nos fez sentir o cotidiano da comunidade.

³ Leitura Tutorial: Entende-se como leitura tutorial aquela em que o professor exerce papel de mediador durante o processo de leitura e compreensão; nessa proposta, o professor deve atuar fazendo intervenções didáticas, por meio das quais interage com os alunos, a fim de conduzi-los à compreensão do texto [...] Bortoni,Stella *et al.* (2010, p. 51).

Figuras 01 e 02 - Registros fotográficos do trabalho de campo, realizado no período 2023.2, em assentamento rural, município de Campina Grande, Paraíba.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A vivência por meio da aula de campo para a aprendizagem de um determinado tema desconhecido ou pouco conhecido, fortalece o vínculo entre o estudante e os sujeitos de cada espaço ou território considerado, de modo a estimular a proximidade, a militância, o envolvimento e a implicância do educando com as situações as quais está conhecendo ou aprofundando laços com as comunidades locais.

É a partir dessa ação de ir ao local que tem referência com as leituras realizadas no ambiente acadêmico que o educando ressignifica as ideias que foram decodificadas ainda em sala de aula, mas que ao entrar em contato direto com o lugar dos sujeitos e suas experiências e lutas, é que se concretiza a práxis educativa. Além do movimento de ressignificação, também ocorre, paralelamente, o movimento de atribuir novos significados a situações que, anteriormente, não haviam ficado tão esclarecidas, pela ausência do contato com objeto estudado.

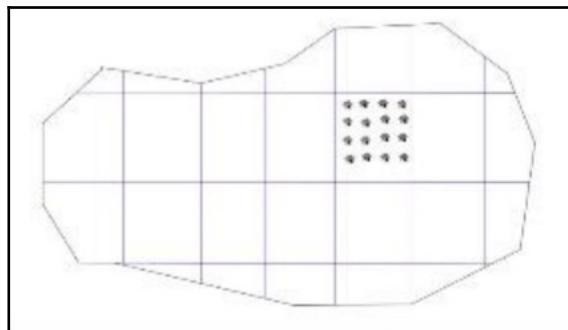
Nas duas experiências com a disciplina, tanto no lugar de educando, como posteriormente exercendo a monitoria, foi possível compreender melhor algumas coisas que discutimos no decorrer das aulas, nas quais os textos orientados, voltados a discutir o avanço do capitalismo no campo, a reforma agrária no Brasil, a luta pela terra e por educação, as políticas públicas voltadas para o campo (Oliveira, 2007), dentre outras, no primeiro momento eram a única fonte de informação, por mais que houvesse a exposição de imagens em alguns momentos, mas a ausência de conhecimento prévio sobre o tema, o que dificultava a compreensão da temática e sua correlação com as realidades locais do Semiárido Nordestino, onde residem os estudantes do Curso de Geografia. Assim, algumas lacunas e entendimentos conceituais permaneceram até a realização da aula de campo.

No decorrer das aulas tivemos contato, a partir das leituras e discussões, com o modelo de organização espacial heterogênea dos assentamentos rurais. Alguns assentamentos possuem modelos de organização bem estruturados e funcionais, algo que, no primeiro momento, ficou pouco comprehensível, tanto na comprehensão de como isso acontecia no espaço, mas também, na funcionalidade dessa organização e, do porquê a utilização de um modelo e não outro, ou seja, por que se escolhe o modelo de agrovilas, ou por que se decide a casa em cada lote, em separado.

Vamos apresentar a seguir, dois modelos que tivemos oportunidade de visualizar no primeiro trabalho de campo, quando tivemos a oportunidade de visitarmos dois assentamentos rurais, localizados no município de Campina Grande, Paraíba.

A Figura 03, a seguir, apresenta o sistema de agrovilas, ou seja, a configuração de organização do espaço, onde as casas dos assentados ficam em um espaço comum, aglomeradas enquanto os lotes ficam em outra localização, na extensão do território do assentamento.

Figura 03 – Agrovila combinada com espaço de produção individualizado;



Fonte: Bertolini e Carneiro, 2007. Organizado por Alexandre Dormundo, 2012.

Autores como Fabrini e Marcos (2010) abordam essa estrutura em seus trabalhos e trazem as problemáticas resultantes desse modelo de organização. Segundo Soares (2017, p. 06, *apud* Fabrini e Marcos, 2010),

Para o MST a localização das moradias em espaço comum, através do sistema de agrovilas, está interligada com a discussão acerca da cooperação agrícola, tendo em vista a otimização da produção e a continuidade dos ideais do Movimento. A dispersão das casas na área do assentamento poderia ter como resultado a continuidade do perfil individualista que se traduz, dentro dessa visão, na força de trabalho familiar, próprio do camponês, o que deveria ser combatido, pois representa, dentro do modelo socialista marxista, um empecilho à politização devido ao seu isolamento.

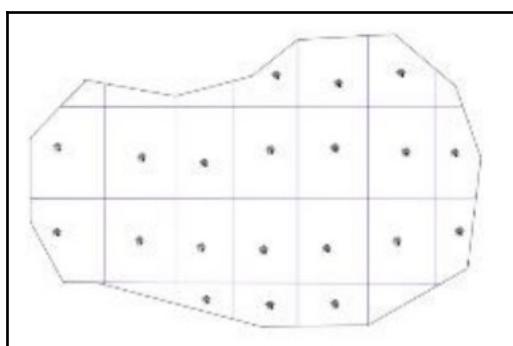
Para Soares (2017, p. 06),

Dentro dessa visão político-ideológica há a crença de que a localização das habitações nos lotes poderia dificultar a continuidade da luta após a conquista da terra, dispersando um contingente de pessoas das ações do

movimento. Dificultaria, ainda, a manutenção da unidade do Movimento que tem como um dos pilares os princípios organizativos do MST. Dessa forma, a organicidade poderia ser prejudicada.

Outra forma de organização é a exposta pela Figura 04, onde as casas se encontram dentro dos lotes, esse modelo para alguns estudiosos e teóricos seria o ideal pelas dinâmicas que ele propicia, com aproximação do lugar de trabalho e moradia os assentados têm um contato direto e possibilita algumas culturas que com o modelo de agrovilas não viabiliza, tendo em vista a distância e o percurso que é necessário percorrer para chegar no local de trabalho.

Figura 04: Residências construídas nos lotes individuais dos camponeses assentados.



Fonte: Bertolini e Carneiro, 2007. Organizado por Alexandre Dormundo, 2012.

Ao analisar essas duas estruturas de organização espacial comprehende-se, num primeiro momento, como ocorre a espacialização no território camponês, sendo possível discutir as problemáticas que são resultantes do modelo escolhido. Por outro lado, refletimos outras questões que se colocam como benéficas. Tudo isso, nos condiciona a trabalhar com hipóteses, sendo possível verificá-las na aula de campo, tendo em vista que, por meio do diálogo com os camponeses assentados, a partir da exposição oral dos que vivem no lugar e que estão inseridos nesses modelos de assentamentos rurais, contribui em outras percepções e leituras com base na vivência práticas dos sujeitos no espaço.

A QUESTÃO AGRÁRIA E O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO: OS EMPREENDIMENTOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

A questão agrária brasileira tem registros de profundas marcas de desigualdade no campo, tanto do ponto de vista social, econômico, como também, da estrutura fundiária, das formas de produzir e, das relações de trabalho no campo, reproduzindo a lógica da barbárie produzida pelo capitalismo (Oliveira, 2007).

Durante o percurso da disciplina de Geografia Agrária discutimos acerca da questão agrária, desde sua gênese, ao nos depararmos com toda a análise historiográfica. No sentido das perspectivas nacionais, notamos que o quadro de uma estrutura fundiária concentrada, voltada para o agronegócio se desenha de forma complexa e com múltiplas faces. Percebemos a luta constante por povos originários que buscam, constantemente, não seus territórios violados e invadidos pela devastação resultante da busca constante da produção e reprodução do modo capitalista de produção, mas a história nos leva a refletir e perceber as características coloniais que ainda imperam, demonstrações claras do processo que encontra-se no DNA da formação territorial brasileira.

Contudo, esses traços ultrapassam o tempo e seus vestígios coexistem com discursos e linhas de pensamentos enraizados e consolidados que apenas se adequam aos interesses desse modo de produção. Uma dessas permanências são as regiões ocupadas pelos grandes latifúndios, grandes porções de terras concentradas nas mãos de poucos, lógica que demonstra muitas violências para com outros grupos que compõem a sociedade.

Nos últimos anos, percebe-se uma intensificação do processo colonial no Brasil, em específico na região Nordeste, com um discurso não muito diferente dos utilizados pelos portugueses ao desembarcarem em terras que já tinham donos, mas que foi colocada como terras descobertas.

As promessas de avanço e desenvolvimento, se repetem, o processo de exploração dos recursos naturais é mais uma vez o foco, como vem ocorrendo em larga escala, no âmbito do Semiárido Nordestino, com a implantação de empreendimentos de energias renováveis, a partir de torres eólicas e placas fotovoltaicas. é o negócio do Sol e dos ventos.

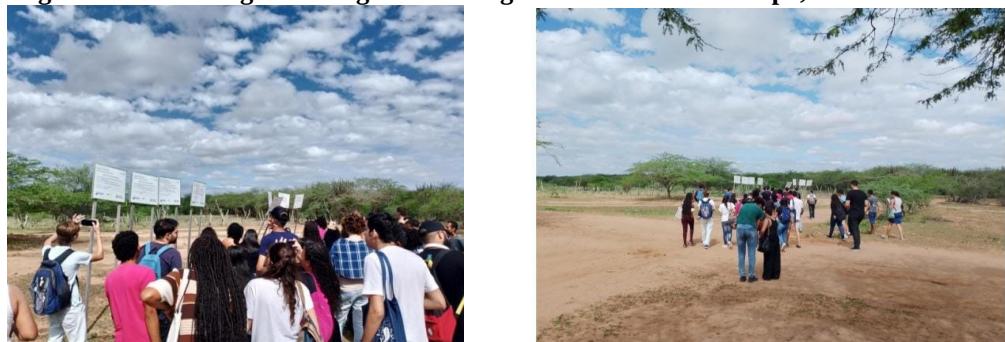
O Clima quente seco do tipo semiárido tornou-se um mar de possibilidades, por vezes retratado como região problema, paisagem escolhida para representar o atraso e pobreza pelos meios de comunicação, a imagem que é comprada e rentável, paisagem estereotipada injusta de um lugar que não se resume a um período apenas, rico em diversidade cultural e que possui um bioma que mais estoca carbono segundo pesquisas realizadas.

A Caatinga apresenta média mais elevada de carbono orgânico, seguida pela pastagem e agricultura (Tabelas 4, 5 e 6). Valores inferiores aos observados neste estudo foram encontrados por Sacramento et al. (2018), em solos de textura arenosa, sob Caatinga, com aporte de Corgânico variando de 1,6 a 3,5 g kg⁻¹. Rezende et al. (2021) registraram média de 14,39 g kg⁻¹ de Corgânico, na profundidade de 0 a 10 cm, em área de Caatinga preservada, em solo de textura arenosa em média de 4,77 g kg⁻¹ em área de cultivo de mandioca. Essas médias observadas são

ligeiramente superiores às encontrados neste estudo. Essa variação comprova a heterogeneidade, no aporte de C orgânico dos solos do semiárido, os quais abrigam uma grande diversidade de espécies e condições particulares. (Campos; Oliveira, 2025, p. 09).

A seguir, registros fotográficos da visitação da área do assentamento rural onde estão postas as placas das licenças ambientais que materializam a chegada e permissão de iniciar as atividades de implementação dos campos fotovoltaicos nos territórios camponeses, culminando na futura expropriação e expulsão dos camponeses e o fenômeno de despossessão da terra camponesa.

Figuras 05 e 06 - Registro fotográfico do segundo Trabalho de campo, no Período 2024.4



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

A instalação das placas de Licenciamento Ambiental territorializa a ação e os interesses dos setores interessados na apropriação da terra camponesa por despossessão. A região que antes era tida como problema, passa a ser viável para a expansão do capitalismo no campo, como promessa de desenvolvimento, retirando desse cenário, os sujeitos que conquistaram a terra por meio de organização social e pelo cumprimento da função social da terra (Brasil, 1988).

Resumir a região a um fenômeno natural, característico dos períodos de estiagem, problemáticas anteriormente mencionadas, são resultantes de negligências políticas que não possibilita a convivência com os períodos de estiagem. Por outro lado, nos últimos anos esse lugar tornou-se um ponto de interesse, aquilo que era visto como problema, tornou-se um lugar ideal pelas suas características, possuir maiores períodos e horas de incidência solar, tornou-se um presente para o capital, o vento sopra melhor do lado de cá.

Os territórios de povos originários pontos de interesse, os camponeses mais uma vez ficam sem terras, empurrados para fora dos seus lugares, buscam resistir a mais essa lógica que tem como finalidade invadir, violar o que temos de belo aqui, mas que se consolida como direito dos camponeses, fruto da luta pela terra e pela Reforma Agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e experiências apresentadas neste trabalho apresenta a aula de campo como uma metodologia indispensável no processo de formação acadêmica docente. Ficou demonstrado que a articulação entre o teórico e a vivência da prática no espaço geográfico que está sendo estudado é essencial para a decodificação das complexidades do espaço geográfico e das categorias como território, região, espaço, lugar e paisagem, dentre outros conceitos geográficos. A vivência prática no espaço concreto é o caminho para a formação de um profissional crítico e engajado, uma vez que se comprehende o fenômeno escalar em tempo e espaço reais.

Além disso, a imersão promovida pelos trabalhos de campo realizados na disciplina de Geografia Agrária permitiu, não apenas ressignificar conceitos da Geografia Agrária anteriormente apresentados nas aulas expositivas e dialogadas, como também, viabilizou compreender a luta pela terra e as formas de organização espacial dos assentamentos rurais, mas contribuiu na leitura de como ocorre, na prática, o avanço do capitalismo nesses territórios, exemplificadas no contexto pela chegada dos empreendimentos de energias renováveis.

Esses contrastes do mundo real e teórico, a partir do lugar dos sujeitos camponeses, superam as lacunas conceituais inerentes à sala de aula, promovendo a práxis educativa e estimulando a decolonialidade do olhar. A partir dessa perspectiva, esse texto alcança seus objetivos, tendo em vista que provoca os docentes no ato de planejamento da disciplina o uso sistemático da aula de campo como ferramenta essencial no processo de formação, especialmente no Ensino Superior, sendo vital para a formação de um professor de Geografia que consiga, efetivamente, mediar a leitura crítica do espaço.

Ao materializar a teoria e permitir a compreensão das dinâmicas territoriais, como as observadas na Questão Agrária do Semiárido, a metodologia da aula de campo oferece ao licenciando as ferramentas para analisar as complexidades e as violências históricas que moldam o território brasileiro.

Assim, a aula de campo se estabelece, não apenas como um recurso didático de alto valor, mas como um pilar ético-político da formação geográfica, preparando o futuro docente para atuar na Educação Básica com um olhar profundo acerca das realidades locais e de suas interconexões globais, sendo capaz de decodificar as tensões entre de produção capitalista e os interesses dos povos originários e camponeses. Este trabalho necessita de outros

aprofundamentos em pesquisas futuras, em outras áreas do conhecimento, não apenas da ciência geográfica, com o intuito de verificar a eficácia dessa metodologia no processo de formação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Camila da Silva; OLIVEIRA, Rozilda Vieira. Estoque de carbono no solo sob diferentes tipos de uso no Bioma Caatinga. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 26, n. 104, p. 86–105, 2025. DOI: 10.14393/RCG2610474601. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/74601>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al. **Formação do professor como agente letrador**. São Paulo: Contexto

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2007.

CLAVAL, P. A geografia cultural no Brasil. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia** [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 11-25. ISBN 978-85-232-1238-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

KOCH, Ingodore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. Contexto, 2006.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

MARCOS, V. de. (2017). **Trabalho de Campo em Geografia: Reflexões sobre uma Experiência de Pesquisa Participante**. *Boletim Paulista De Geografia*, (84), 105–136. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/731>. Acesso em 17 nov. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib e PAGANELLI, Tomoko Iyda e CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Cortez, 2007. Acesso em: 20 out. 2025.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In.: Org: SANTOS, Boaventura Souza; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologia do sul**. Rio de Janeiro: Edições Menezes, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. Coleção Milton Santos. São Paulo: Edusp, 2006.

SOARES, Irani Santos. **A ORGANIZAÇÃO NO ESPAÇO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: Um modelo ideal é possível?**. Artigo apresentado no SINGA 2017. UFPR, Curitiba-PR. 2017. Disponível em: <<https://singa2017.wordpress.com/wp->>

content/uploads/2017/12/gt06_1506824555_arquivo_trabalho-singa-2017.pdf>. Acesso em:
19 nov. 2025.